

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
 Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Amadurece a idéia de um acerto diplomático

Agora foi a vez do importante jornal norte-americano **The Washington Post** chamar a atenção dos seus leitores, e dos meios financeiros do seu país, para a preocupante situação da dívida externa brasileira e dos riscos que ela pode representar para o sistema financeiro internacional.

Antes dele, há cerca de dez dias, o **New York Times** já havia feito a mesma coisa, pedindo um tratamento especialmente generoso, tanto por parte dos bancos como por parte do governo norte-americano, para o caso brasileiro.

Além disso, vários analistas e comentaristas que assinam importantes colunas e artigos na imprensa norte-americana vêm fazendo a mesma coisa. Anteontem reproduzimos aqui um artigo de Sally Shelton, ex-vice-secretário de Estado americano, feito especialmente para o **N. Y. Times** chamando a atenção de todos para o problema político que a dívida externa brasileira representa para o Ocidente e para os EUA em particular. E ontem fizemos a tradução do artigo de Eliot Janeway, jornalista e economista americano, para o **The Washington Post**, não apenas alertando para o perigo que a dívida representa, mas propondo, concretamente, uma linha de ação na busca de solução conveniente.

O editorial do jornal de Washington assinala que está aumentando a tensão entre os devedores latino-americanos e seus credores: "Há forte inclinação em Washington para presumir que tudo sairá bem com o tempo, à medida que a recuperação mundial aumente as exportações e a capacidade de pagar da América Latina. Talvez ocorra isso, mas há cada vez mais razão para pensar que não acontecerá cedo o bastante para evitar as temidas pressões políticas sobre os governos latinos. O caso mais elucidativo, e certamente o mais importante — aponta o jornal —, é o Brasil".

Bem, não é muito diferente do que temos dito aqui há meses e que temos enfatizado particularmente nas últimas semanas. Desde o começo estamos atentos aos aspectos políticos da questão e estamos verdadeiramente espantados com a falta de iniciativas, nesse terreno, para construção de um arcabouço capaz de superar o problema. Tudo se passa como se os melhores políticos e financistas do mundo fossem impotentes e apenas pudessem observar — como os velhos marinheiros — a formação da terrível borrasca no horizonte, sem condições de impedir que ela despenque e sem poder manobrar o barco para fora da sua trajetória. No entanto, a crise financeira não é um produto da natureza. É um produto da administração humana, e, portanto, pode perfeitamente ser contornada e superada caso haja suficiente visão política para lidar com ela. Agora, por exemplo, as taxas de juros no mercado mundial ameaçam subir novamente, o que preocupa até mesmo os técnicos do FMI, cientes de que isso tornará inúteis os esforços feitos até o momento — através dos chamados canais competentes — para aliviar a situação dos países endividados e restaurar certa ordem nas finanças mundiais.

É por isso que Eliot Janeway, na linha do que já dissemos tantas vezes, acha que "somente ações drásticas, dos governos ocidentais, impelidos por um senso realista de urgência, irão colocar um ponto final nestes problemas e perigos". E ele cita Sir Harold Lever, ex-ministro inglês e respeitado financista, para quem o mundo está sofrendo uma crise de liquidez, não de solvência, sendo que os devedores pagarão seus empréstimos desde que tenham "espaço para respirar". Mas lord Lever, junto com quase todo mundo, também acha que "a situação se está deteriorando de forma alarmante".

A questão, como já dissemos aqui anteriormente, é ensejar uma negociação em torno de perdas — o que só pode ser feito por governos. O articulista do **Washington Post** apóia a idéia de criação de uma agência internacional central, integrada pelas agências nacionais que hoje concedem créditos às exportações, que de alguma forma assumiria parte dos débitos atuais de tal modo que os países devedores pudessem recorrer a novos créditos junto ao mercado privado mas, aí, para atividades estritamente produtivas, ou seja, que expandissem a produção econômica realmente. É claro, num esquema desses, que os Tesouros dos países ricos (principalmente dos EUA) teriam de assumir algumas perdas, assim como os acionistas dos bancos privados, e os próprios países devedores, cujas economias estariam subordinadas durante longo período a controles e vigilâncias externas. Por isso já dissemos que se trata de uma negociação em torno de perdas.

Existem, agora, apesar dos desmentidos dos nossos ministros da área econômica, indicações sérias de que o governo brasileiro se compenetrar da necessidade de uma iniciativa deste tipo. Vários políticos que tiveram audiências com o presidente em exercício Aureliano Chaves deram conta de que esta é sua opinião, e agora também o secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, Danilo Venturini, parece admitir a hipótese de negociações políticas mais amplas. Aproxima-se, por outro lado, a data da reunião de Caracas, onde os países devedores da América Latina, os EUA e o Canadá terão oportunidade de procurar algum denominador comum para resolver o impasse.

Só que, no caso brasileiro, além das dificuldades naturais que uma negociação em ampla escala internacional envolve, nós temos um problema especial que é o descrédito interno e externo daqueles que seriam negociadores convencionais — os ministros da área econômica. Continuamos a achar que uma vez tomada a decisão de partir para um tipo de entendimento em busca de uma fórmula inovadora, fora dos estritos círculos financeiros, somente a designação de um ministro plenipotenciário seria capaz de contornar o problema da absoluta falta de credibilidade dos nossos atuais negociadores, que parecem gozar do privilégio da vitaliciedade em seus cargos. Uma nova negociação, por meio daqueles que já se desgastaram inteiramente no processo miúdo e

inútil de acordos financeiros inviáveis, seria até ridícula. Para imitar um ministro que acha tolice tudo o que não saia da sua própria cabeça, diríamos que enviar o trio de supertolos a um encontro de alto nível é que seria a rematada e definitiva tolice.